

O Estado Islâmico: um dilema que não cabe em simplificações

Resenha do Livro *A Fênix islamista – O Estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*, de Loretta Napoleoni. Tradução de Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, 154 p.

Fábio Metzger¹

Em um texto em estilo jornalístico arrojado, e com algumas teses corajosas e outras exageradas, a autora Loretta Napoleoni, especialista em terrorismo e lavagem internacional de dinheiro, busca compreender o significado da gênese, crescimento e consolidação do ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria) em seu livro *A Fênix Islamista* (2015). Um dos aspectos para o qual ela mais chama a atenção ao longo do texto é a forma pouco cuidadosa com que as principais potências ocidentais, especialmente os EUA, tiveram com o crescimento do salafismo,² e em especial, do jihadismo³ dentro do tecido social do Mundo Árabe sunita, principalmente no Iraque e na Síria, países que a partir da queda de Saddam Hussein em 2003 passaram a ser comandados por governantes xiitas (caso iraquiano), ou do ramo do xiismo alauíta (caso sírio). Na sequência lógica, o Irã passou a exercer crescente influência na região. Enquanto a maioria sunita na Síria e a minoria no Iraque estavam sendo crescentemente alienadas dos círculos de poderes centrais. Ao mesmo tempo em que buscava uma ligação (não existente) entre Saddam Hussein e a Al-Qaeda, o governo dos EUA combatia o principal líder da Al-Qaeda na região, o jordaniano de origem beduína Abu Musab Al-Zarqawi, que assumia lealdade à rede terrorista internacional comandada por Osama Bin Laden. Durante esse combate, o que não conseguiam compreender eram as ideias de Al-Zarqawi, não em relação ao Iraque, mas sim por conta do islamismo radical sunita, e da forma como ele deveria assumir as suas posições (p. 32-38). Para os EUA, as prioridades eram outras. De um lado, havia a preocupação em combater as milícias xiitas de Muqtada Al-Sadr. Por outro, mediar um governo de maioria nacional, onde os xiitas seriam naturalmente majoritários. E onde o Irã, país com relações extremamente hostis com Washington, aproveitava para aumentar a sua influência. Em outra frente, organizar a minoria nacional curda, que almejava autonomia, sem que ultrapassasse os interesses do governo da Turquia, contrário à formação de um Curdistão independente. E esvaziar todo o poder do antigo partido Baath, de Saddam Hussein. Nesse sentido, Al-

¹ Doutor em Ciência Política e Mestre em História Social pela FFLCH/USP. E-Mail fabio Metzger@terra.com.br

² Movimento islâmico conservador de matriz sunita, pacífico na ação, mas radical no discurso, que deu origem a uma série de correntes de ação política: a Irmandade Muçulmana no Egito e outros países árabes, a Jamaat-e-Islami no Paquistão, e outras organizações espalhadas ao longo do Mundo Muçulmano.

³ O jihadismo é a radicalização do movimento salafista, não apenas no discurso, como também na ação política.

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

Zarqawi aproveitou para estabelecer a sua frente e buscar legitimidade perante os sunitas iraquianos, deslocados e marginalizados sem Saddam Hussein. E substituir o antigo discurso nacionalista árabe pelo do islamismo radical, e a unidade do *jihad* contra o Ocidente, com o seu grupo *Al Tawhid al-Jihad* (“Monoteísmo e Jihad”). Seu objetivo era colocar a ideia do pequeno *jihad* (a guerra santa)⁴ contra os inimigos do Islã, na prática real. Suas ideias de recolocar a prática de um islã idealizado em sua fundação no século VII ainda não estavam bem delimitadas (idem). Mesmo dentro dos principais membros da Al-Qaeda, não havia uma ideia exata do que seria um Estado Islâmico, apesar de vagamente falarem do retorno ao antigo Califado, liderança político-religiosa unificada do Islã que perdurou por séculos, abolida, em 1924, pelo presidente da República da Turquia Mustafá Kemal Atatürk.

Morto nos confrontos contra as forças ocidentais, Al-Zarqawi deixou, no entanto, a força de suas ideias perante uma comunidade que representa cerca de 20% do total da população iraquiana. Havia um vácuo de lideranças e um novo líder apareceu, dessa vez, de maneira mais discreta: Abu Bakr Al-Baghdadi. Pouco se atentou na atuação e no perfil dele durante a ocupação ocidental no Iraque. Suas atitudes não davam a entender que se tratava de um perigoso terrorista, muito mais sofisticado que os demais combatidos. Por outro lado, suas formulações pareciam ser mais decididas (p. 38-43). E a ideia de Califado estava mais clara para ele. Assim, a ideia de fazer ultrapassar o princípio de *Al Tawhid al-Jihad* para o Califado em si mesmo foi simples e objetiva. Foi buscando as contradições que os confrontos entre xiitas e sunitas levavam, e conquistando simpatizantes, dentro da Arábia Saudita, Catar e outros países; foi obtendo financiamento para fazer crescer o grupo, conquistar posições estratégicas, cercar Bagdá, e estabelecer autonomia de fato, a ponto de romper com as lideranças da Al-Qaeda e criar a sua própria concepção de política no Islã. Não mais a de redes extraestatais, que buscam simpatizantes, mas sim a da construção de um Estado de fato. E com ele, os modos de atração para sunitas de todo o mundo que não se sentissem integrados em seus países comandados por tiranos “hereges”, oprimidos por governos estrangeiros ou por outras correntes muçulmanas.

A Primavera Árabe, a partir do final de 2010, que parecia configurar uma grande oportunidade de libertação de regimes autoritários, entre eles, o dos sírios em relação ao regime da família Assad, na verdade, em sua maioria, configurou-se como um grande avanço de forças de retrocesso. De um lado, as ditaduras. De outro, uma miríade de forças, algumas democráticas, outras fundamentalistas. No caso sírio, uma base social que garantia o poder de Bashar Al-Assad: as minorias alauítas (seita à qual ele pertence), cristãs e druzas. De outro, as majorias fundamentalistas. Foi nesse momento que Al-Baghdadi capitalizou a sua força e, liderando os islamistas mais radicais dos

⁴ O grande *jihad*, sendo de natureza pacífica, a exortação à palavra de Deus, interno ao fiel; enquanto o pequeno *jihad* é feito dentro das regras do confronto contra um inimigo opressor e invasor.

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

dois lados, se autoproclamou Califa, rompendo com a Frente Al-Nusra, grupo da Al-Qaeda ligado à Síria. O interesse dos países ocidentais em derrubar Assad, um político bastante incômodo, próximo ao Irã e ao Hezbollah no Líbano fez com que os países árabes produtores de petróleo e a Turquia apoiassem os rebeldes. E, dentre estes, destacavam-se mais os jihadistas. É nesse sentido que a liderança de Al-Baghdadi conseguiu concentrar em torno de si uma grande máquina de arrecadação de fundos, ao ponto de, em determinado momento, não mais precisar de seus apoiadores originais, expandindo as fronteiras de seu potentado, antes restrito ao Iraque, agora, ultrapassando a Síria. Aquilo que autora denomina de “Estado-fantasma” (p. 45-46), que ela justifica como sendo um país que pode não existir no papel, mas que, de fato, opera como arrecadador de fundos, autossuficiente e mantenedor de uma máquina própria. Aqui ela começa a fazer algumas comparações um tanto arriscadas. E faz um paralelismo com a OLP, nos tempos da I Intifada (1987-1993), quando Israel, mesmo ocupando os territórios da Cisjordânia e de Gaza e endurecendo, não conseguia derrotar um inimigo tão bem estruturado e capilarizado, com doações de países amigos e organizações pró-URSS, em plena Guerra Fria. Ela mesma contextualiza essa comparação dizendo que o momento atual do ISIS tem mais a ver com um confronto de sunitas e xiitas. No entanto, aqui existe outro aspecto: o confronto é triangular. Vai além do embate sectário: envolve xiitas, sunitas, e tem um fiel da balança profundamente hesitante, o Ocidente e seus aliados, pouco hábeis em reconhecer as nuances desses embates, onde há grupos e subgrupos que mudam constantemente de lado. No caso Israel *versus* OLP havia um objeto bastante definido: o ocupante e seus aliados, e o ocupado e seus apoiadores. Sendo que o ocupado sempre contou com o reconhecimento internacional para a formação de seu Estado. Para que se possa, no futuro, haver o reconhecimento internacional do Estado Islâmico, hipótese levantada por Napoleoni, seria necessário que o Califa tivesse em seu território o mesmo poder que a Rainha da Inglaterra possui em seus domínios formais. Suponhamos que, se o problema é a restauração da posição político-religiosa máxima do Islã, seria mais fácil a instauração de um Califado na província saudita do Hejaz, dando a esta o status de um Estado Islâmico legalizado e reconhecido, ostentando o título de Califa a um importante membro da família hashemita, essa descendente direta do profeta Maomé – ascendência essa que Al-Baghdadi também reivindica. De qualquer maneira, não deixa de ser importante a preocupação de Napoleoni com relação à capacidade do ISIS estabelecer-se. Talvez a crença de que colocá-lo “na lei internacional”, para contê-lo seja um desejo pessoal dela para que a ordem regional seja estabelecida. Seria preciso, no entanto, combinar com eles...

O rompimento da fronteira entre Iraque e Síria, mais do que um ato formal, foi uma mensagem clara: o fim, na prática, do cumprimento dos acordos Sykes-Picot, do final da I Guerra Mundial, em que se estabeleceram, por parte das potências vencedoras

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

(Grã Bretanha e França), a criação de nações artificiais com o que restou dos espólios do antigo Império Otomano. Dali surgiram a Síria, o Líbano, o Iraque, a Jordânia, e o Mandato da Palestina, de onde surgiu também o Estado de Israel, mais tarde. A mensagem de Al-Baghdadi é clara, segundo Napoleoni: formar um centro para todos os sunitas que não se sintam representados em outras terras. Mais uma vez, como ela mesma reconhece, faz uma comparação de duas dimensões diferentes para casos bem distintos. Ela compara o recrutamento e êxodo dos sunitas ao Estado Islâmico ao processo de migração dos primeiros sionistas que colonizaram a Palestina no início do século XX e que articularam a gênese do atual Estado de Israel, com a mensagem de que todo judeu que não se sentisse integrado e representado em sua terra original poderia vir para a Sion histórica, reencontrar-se com o seu Lar Nacional. Obviamente, há que se fazer ressalvas, que ela mesma faz apesar de não aprofundá-las (p. 19; 59). Enquanto os membros do Estado Islâmico defendem um Estado teocrático em todos seus aspectos, na linha do salafismo para os muçulmanos sunitas, os sionistas estavam divididos em diversas correntes, sendo a principal da época apoiada no sonho da construção de uma nação socialista e democrática para os judeus (o sionismo socialista).⁵ A respeito disso, muitos podem questionar sobre a criação de Israel desde 1948, e as consequências que esse fato teve para o povo árabe palestino. E podem falar sobre as tensões que ocorreram no processo de colonização e a decisão da partilha de 1947, pela ONU, até aquela presente data. No entanto, mesmo naquele fato histórico, as principais lideranças buscavam legitimidade externa em primeiro lugar, e não agiram até a criação do Estado de forma a desafiar o Direito Internacional, tendo ao seu favor o histórico de massacres que o povo judeu sofrera até pouquíssimos anos antes.⁶ Já no caso do Estado Islâmico, como a própria autora admitiu, a preocupação não é com a legitimidade externa, mas, sim, em primeiro lugar, com a interna.

Nesse sentido, ela coloca uma questão muito pertinente: apresenta Al-Baghdadi e seus parceiros como sendo muito mais pragmáticos e sofisticados do que a Al-Qaeda ou o Taleban no Afeganistão. Enquanto os rebeldes sírios preocupavam-se em derrubar Assad, Al-Baghdadi limitou-se a demarcar território com as porções territoriais de xiitas

⁵ Há que se destacar que a grande maioria dos movimentos salafistas entram em choque com os ideais da democracia, enquanto tal fato não é um traço característico do movimento sionista. Isso, apesar das políticas dos atuais governantes que comandam o Estado de Israel representar uma grande contradição na defesa dos valores democráticos e pluralistas das linhas mais progressistas, hoje afastadas e minoritárias.

⁶ O Holocausto ocorrido na Europa (1942-1945), que dizimou cerca de 6.000.000 de judeus de um total de uma população estimada em 16.000.000 a 18.000.000 de habitantes. É possível questionar se os palestinos deveriam pagar pelos alemães. No entanto, o direito de os judeus optarem pela autodeterminação por meio de um Estado soberano e independente parece incontestável, apesar das controvérsias que são geradas até os dias de hoje. E certamente, a essa altura, não seria nem um pouco realista ou responsável o ato de anular juridicamente o Estado de Israel, que bem ou mal, exerce a função da materialização desse direito, a despeito das injustiças cometidas ao povo árabe-palestino (que também possui o mesmo direito de se autodeterminar pela via de um Estado soberano).

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

a oeste na Síria e a leste no Iraque.⁷ Sua preocupação central era, ao contrário do Taleban, que negava as benesses da Modernidade, utilizá-las a serviço do Califado. Especialmente as redes sociais e a forma como elas poderiam ser manuseadas a fim de gerar a legitimidade dentro das leis religiosas islâmicas – incluindo, é claro, a discussão sobre a legitimidade do Califado. E, nesse ponto, a autora chama a atenção de como os países ocidentais estão subestimando a inteligência das lideranças do ISIS. Elas se mobilizam no assistencialismo social de dois países devastados por guerras civis. Atraem jovens muçulmanos (muitos recém-convertidos) por redes sociais, recrutando-os aos milhares (p. 60-63). E fazem uso dessas redes para divulgar, com requintes de crueldade, execuções de combatentes capturados, a fim de gerar terror e temor a quem os vê de fora. Ao invés de um ataque como do 11/09/2001, onde morreram cerca de 3 mil pessoas, por que não repercutir a morte de apenas um cidadão de determinado país, direcionando, através de *hashtags*, *tweets* e *posts*, a mensagem que desejam passar?

A outra analogia histórica que Napoleoni faz, com a imagem de uma Fênix que ressurgue ciclicamente, com o fim de uma entidade política anterior, também carece de cuidados. Quando ela fala do ressurgimento do Califado entre a Síria e o Iraque, tal como a continuação espiritual dos Antigos Califados, a autora nos remete à fundação de Roma, como sendo o prosseguimento da velha Tróia, destruída, mas preservada em outro local por seus descendentes (p. 65-68).⁸ Ora, como associar a história Greco-romana, baseada em sociedades politeístas tão diversas entre si (e a Tróia do Mundo Helênico guardava poucas semelhanças com o Mundo Latino ao qual Roma pertencia) ao contexto islâmico monoteísta, onde a língua e a cultura árabe são uma constante (apesar das diversas variações regionais, e do comando, nos últimos séculos, do Califado pelos turcos)? Seria necessário um fôlego argumentativo não demonstrado por Napoleoni ao longo do livro. Ela apenas fez a transposição no tempo e no espaço de duas Fênix distintas, que operam de maneira diferente, com objetivos diversos. Remo e Rômulo (fundadores de Roma) e seus descendentes, desejavam, sim, gerar temor aos que lhes eram estranhos, e fascínio aos que a eles queriam aderir. E isso poderia servir como um método eficaz para a rápida conquista dos romanos. Mas essa é só uma ligeira semelhança que teriam com Al-Baghdadi. Os tempos e meios de comunicação eram

⁷ E quem sabe essa seja realmente a única semelhança com o sionismo. Mesmo assim, com as vertentes dos sionismos político (defensor de dois Estados na região) e revisionista (defensor de um Estado judeu a oeste do rio Jordão, enquanto a leste, na Jordânia, seria construída uma pátria para os palestinos). Há que se perguntar se os palestinos já concordaram que a Jordânia seria sua “verdadeira pátria”, já que, em sua maioria, mesmo não gostando, tiveram que se contentar com o estabelecimento das condições para a delimitação dos dois Estados, Israel e Palestina, lado a lado, a oeste do Jordão. O sionismo socialista e o espiritual, apesar de defenderem o direito ao Estado, não o priorizavam como meio de imposição. Acabaram sugados dentro da radicalização do processo histórico, onde o embate entre israelenses e palestinos radicalizou-se cada vez mais.

⁸ De onde teriam escapado o rei Enéas e seu filho Ascânio, a fim de, em Roma, reeditar-se em novas glórias, a fim de suplantar a derrota histórica e definitiva dentro do Mundo Helênico...

Revista Fevereiro

POLÍTICA ● TEORIA ● CULTURA

outros e a descentralização do poder romano era tal que a formação de uma classe adicional foi possível com a criação do Senado. Afinal, onde está o Senado, na criação do novo Estado Islâmico?

Nesse ponto, cabe uma indagação: entre a legitimação de um Califado altamente contestável (e que pode ser legitimado por outras vias em outros centros mais importantes do Islã), e a formação de um Estado para a população sunita local, não seria mais viável, ao invés do reconhecimento do ISIS, o seu isolamento, a oferta para as populações sunitas da região de uma nova república entre a Síria e o Iraque, hoje fragmentados? Esse é um problema que os próprios habitantes da região necessitam responder, e talvez Loretta Napoleoni não tenha para si a solução, apesar de bem informada e bastante articulada. Talvez Síria, Arábia Saudita, Turquia e Jordânia, entre outros, venham a se interessar a ter um Estado tampão na região (mais um, diga-se), a fim de confortar os sunitas locais. E quanto ao Califado: se os próprios clérigos muçulmanos ligados ao poder oficial sentirem necessidade de criar uma jurisprudência na *sharia* que o leve à sua restauração, nada, ainda mais agora, impedirá que isso seja feito. E, provavelmente, não em Al-Raqqa, a atual capital do ISIS.